

Arruda e ACM violaram painel, acusa ex-diretora do Prodasen

**Ricardo Amaral e
Marluza Mattos**
De Brasília

O ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e o líder do Governo, José Roberto Arruda (PSDB-SP) foram formalmente acusados de terem determinado a violação do painel do Senado, durante a votação secreta que cassou o ex-senador Luiz Estêvão, em 28 de junho do ano passado. Laudo técnico da Unicamp confirma a violação naquela data, que permitiu o conhecimento do voto de cada senador e sua emissão numa lista. Diante do laudo, apresentado a ele anteontem pela comissão de sindicância do painel, o funcionário operador do painel, Heitor Ledur, confessou sua participação no crime (o voto secreto é inviolável pela Constituição).

Logo após o depoimento, a ex-diretora do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) Regina Célia Peres Borges também confessou ter determinado a violação a seu ex-subordinado. Regina, que é sobrinha do governador baiano César Borges, contou ter sido procura-

da por Arruda na noite da véspera da cassação. Segundo o depoimento a termo, Arruda a chamou a seu apartamento funcional onde "disse à depoente que o presidente do Senado pedira que o senador a procurasse, determinando que ela obtivesse, no sistema de votação eletrônica, o resultado da votação da cassação do senador Luiz Estêvão". Na época Estêvão e o senador Renan Calheiros já diziam saber que o painel seria violado para intimidar os senadores.

A ex-diretora, afastada do cargo no início da gestão de Jader Barbalho (PMDB-PA) na presidência do Senado, contou que teve "receio de como o presidente reagiria ante uma negativa". Por isso, e por que não lhe fora pedido que alterasse os votos dos senadores, deu início a uma complicada operação, com a ajuda do marido, Ivar. O casal saiu em busca do operador Ledur, que estava numa festa, onde foi dada a ordem para que o operador permitisse a entrada de Ivar na sala de controle antes do início da sessão, marcada para as 8h30.

Em seu depoimento, Ledur contou que Regina lhe dissera

que a alteração fora determinada pelo ex-presidente do Senado. O marido chegou a ser barrado por um agente de segurança, por não ser funcionário do Senado, mas identificou-se como assessor da própria mulher e permaneceu na sala até o final da sessão, depois das 19h45. Um terceiro funcionário, identificado como Gazola, também participou da operação. Segundo Ledur, Ivar demonstrou grande intimidade com o painel.

O laudo da Unicamp informa que foram destruídos dois arquivos fundamentais para o sigilo do voto: eles substituem por um "X" as letras A (abstenção), S (sim) e N (não) que registram, na memória do computador, o voto de cada senador. Antes da sessão, os invasores promoveram uma votação fictícia para testar o esquema. A segunda lista foi produzida em disquete logo após a votação verdadeira, gravando o arquivo "votos.db" que "contém a qualidade dos votos".

Durante o tempo em que ficaram na sala de controle, o coronel Viglione, da segurança de Antonio Carlos, anotou o nome de todos. Os arquivos criados só foram destruídos dois depois, mas

seus fragmentos no disco rígido permitiram sua reconstituição na Unicamp. A lista impressa, segundo a ex-diretora, foi entregue a um funcionário, Domingos, do gabinete de Arruda. Este funcionário "disse à depoente que ficasse tranqüila, pois a lista era de fato para o presidente e não para o senador Arruda". Contou, por fim, que na mesma noite, mais tarde, "o senador Antonio Carlos ligou para a casa da depoente, agradecendo pela lista."

Arruda e Antonio Carlos negaram seu envolvimento antes mesmo da divulgação do laudo e dos depoimentos, mas devem responder a denúncia por quebra de decoro parlamentar no Conselho de Ética, depois de concluída a sindicância. Condenados, podem ser cassados, como quer o PMDB. "Ninguém pode dizer que usou meu nome nisso", disse Antonio Carlos. "Não tenho nada com isso, mas se houve uma lista, deve ter sido feita por mera curiosidade, não para alterar votos", disse Arruda. Jader Barbalho considerou o episódio "lamentável". O presidente Fernando Henrique disse que o Senado "vive uma crise gravíssima".